

GT53: Mercados culturais e trabalho: desafios e fazeres etnográfico

Marina Frydberg, Victoria Irisarri

Nas últimas décadas a relação entre mercado cultural e trabalho têm mudado significativamente. A divisão moderna entre trabalho e lazer foi se desfazendo enquanto que a esfera do trabalho e a "vida por projetos" se expandiu. As noções de mercado e de trabalho se transformam, adquirindo novos sentidos que vão além dos debates clássicos da indústria cultural. Os mercados culturais emergem a partir de novas relações entre os produtores culturais e os diversos circuitos alternativos de produção e consumo de bens culturais. As relações de trabalho também se alteram e discursos que valorizam a lógica empreendedora, as novas formas de contratação e a centralidade das redes profissionais ganham espaço e passam a impactar a subjetividade e as identidades laborais dos trabalhadores culturais. Este GT propõe debater as relações entre mercados culturais e trabalho, sem apegar-se a uma definição, mas a partir de trabalhos etnográficos que explorem os diversos sentidos emergentes. Interessa em particular o aporte de trabalhos que se focam na vida cotidiana, nas subjetividades e nos processos de construção de mercados culturais e trabalho, problematizando algum dos seguintes eixos: - Mercados culturais e formas coletivas de produção da arte; - Novas práticas de trabalho na cultura e suas organizações laborais; - Dimensão do projeto e do sonho na construção de carreiras na cultura; - Mercados culturais e as relações com o poder público; - Mercados culturais e usos das mídias sociais.

Cultura como direito: práticas de Estado, sentimentos e políticas de reconhecimento na região metropolitana do RJ.

Autoria:

Nesta comunicação, proponho analisar os modos de regulação social do trabalho na "cultura", a partir da experiência de elaboração e desenvolvimento de propostas em conjunto aos moradores de um quilombo urbano, situado na região metropolitana do RJ, no âmbito das nomeadas políticas culturais. Se considerarmos o acesso a auxílios e editais emergenciais de fomento, é possível dizer que tais políticas ganharam contornos específicos no contexto da pandemia do COVID-19. Nesse sentido, cabe destacar os efeitos da atuação do Estado no reconhecimento das atividades musicais ligadas ao samba, mas também a outras práticas locais como o artesanato, jongo, capoeira e percussão, quando elas passam a ser lidas e reconhecidas como objeto de "políticas culturais", o que inclui a destinação de recursos públicos para a sua realização. Por um lado, nota-se o peso de certas práticas de Estado, com suas respectivas rotinas e saberes administrativos e, por outro lado, a relevância de narrativas que giram em torno da ideia da "cultura como direito" ou da concepção de "cidadania cultural". Ao longo do trabalho de campo, principalmente no contexto da pandemia, entre 2020 e 2021, passei a lidar com dinâmicas de financiamento, mas também com uma linguagem e práticas de governo inscritas nesse universo semântico e de atuação. Ainda que a gestão do atual governo federal na área da cultura seja caracterizada pelo dismantelamento de mecanismos e estruturas administrativas - as quais consolidaram um campo fértil de atuação do Estado nos últimos vinte anos - foi possível observar articulações políticas e dinâmicas participativas, tais como fóruns e conselhos de cultura. Ao participar de reuniões e atividades online, interagi com gestores públicos, parlamentares e aqueles que se apresentavam e eram reconhecidos como "trabalhadores" e "fazedores" da cultura, ao mesmo tempo que observei performances, discursos e a expressão de sentimentos em torno da noção da "cultura como direito". Busca-se, então, descrever e analisar como práticas de Estado imprimem ritmos e sentidos ao trabalho artístico e cultural e, de modo correlato, como os diferentes atores lidam com tais aparatos administrativos e simbólicos, considerando os processos e as políticas de reconhecimento que tem a "cultura" como campo

privilegiado de atuação.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

